



1

ATA 241

2 Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e treze, às quatorze horas,
3 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta
4 Grossa, em sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação do Presidente Sr.
5 Luiz Cezar da Silva. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares**
6 **governamentais:** Tierrí Rafael Angeluci, Sra. Eliane Scolimoski e Sra. Nelsi Maristela
7 Valigura (Secretaria Municipal de Assistência Social); Sra. Ana Cristina Duda (Fundação
8 Municipal Proamor); Sr. Cesar Petrônio Mendes (Secretaria Municipal de Gestão
9 Financeira); Sra. Vanduire Arcoverde Silva (Secretaria Municipal de Administração e
10 Assuntos Jurídicos); Sr. Derci Roberto Cabral Nunes (Secretaria Municipal de Indústria,
11 Comércio e Qualificação Profissional); Sra. Regina Aparecida Rodrigues (Secretaria
12 Municipal da Saúde). Os **conselheiros não governamentais titulares:** Sr. Luiz Cezar
13 da Silva (Presidente) e Sra. Fernanda de Almeida da Silva (Entidades de Proteção
14 Social Básica); Sra. Érica Francine Pilarski Clarindo (Vice-Presidente) e Sra. Isabela
15 Martins Nadal (Profissionais da Área da Assistência Social); Sr. Osni Cirino da Cunha
16 (Entidades de Proteção Social Especial de Alta Complexidade); Sra. Marialva Ribas
17 Kincheski (Entidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade); Sra. Cléa
18 Maria Mathias Pereira, Sr. Mauro César Shardt Dancosky e Sra. Ivone do Carmo
19 Camargo (Usuários da Assistência Social). Os **Conselheiros governamentais**
20 **suplentes no exercício da titularidade:** Sra. Claudia Daniela Coneglia (Secretaria
21 Municipal da Educação). Os **Conselheiros governamentais suplentes:** Sra. Neumari
22 Perpétua da Cunha (Secretaria Municipal da Saúde). Os **Conselheiros não**
23 **governamentais suplentes:** Sra. Luci Teixeira Biscaia (Entidades de Proteção Social
24 Especial de Alta Complexidade); Sra. Ronilda Aparecida de Souza Santos (Entidades de
25 Proteção Social Especial de Média Complexidade). **Registramos as presenças:** Sra.
26 Lucília do Rocio Lopes Andrade (Secretária Executiva); Sra. Sandra Regina Wichert
27 Cisco (Divisão de Monitoramento, Controle Social e Sistemas de Informação/SMAS) e
28 representantes das seguintes entidades: APAM, APAE, APROAUT, Asilo São Vicente
29 de Paulo, Sociedade Francisco de Assis, Instituto Duque de Caxias, Conselho Municipal
30 do Idoso, Casa Fabiana de Jesus, Vila Vicentina, Conselho Municipal da Pessoa
31 Deficiente, Associação das Entidades, Instituto João XXIII, Casa do Piá. A reunião tem a
32 **seguinte pauta:** 1- Apreciação e aprovação da pauta. 2 - Aprovação da ata nº 240. 3 -
33 Informes Gerais. 4 - Apreciação do parecer da Comissão de Documentação e Cadastro
34 de Entidades de Assistência Social: Associação de Amigos da Pastoral da Criança; 5 -
35 Apreciação do parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos: Casa
36 Transitória Fabiana de Jesus; Instituto Educacional Duque de Caxias; Núcleo



37 Promocional Pequeno Anjo. **Abertura:** Com o *quórum* estabelecido às quatorze horas, o
38 presidente Sr. Luiz Cezar inicia a reunião cumprimentando e agradecendo a presença
39 de todos e segue com o primeiro item da pauta – Apreciação e aprovação da pauta. O
40 conselheiro Tierri solicita inclusão de três assuntos: Nota Técnica do Conselho Estadual
41 sobre a paralisação de final de ano; Eleição para conselheiros não governamentais do
42 CMAS e Estatuto do SOS. O presidente Sr. Luiz Cezar esclarece que o estatuto do SOS
43 está contemplado no relatório da Comissão consultando o Pleno para inclusão dos dois
44 primeiros itens, sugeridos pelo conselheiro Tierri, nos Informes. **Aprovado.** Em
45 apreciação a aprovação da pauta com as alterações. **Aprovada.** Segue-se com o Item
46 dois: aprovação da ata 240. **Aprovada.** No item três: Informes Gerais, a secretária
47 Lucília apresenta as seguintes **correspondências recebidas:** Ofício da SMAS
48 solicitando a substituição das conselheiras Nelsi Maristela e Maria Lucia pelos
49 conselheiros: Jaqueline Mayer e José Adilson Soares Junior; Notificação extrajudicial do
50 SOS referente ao fornecimento de cópia do parecer e cópia do áudio da última reunião
51 ordinária; Ofício da Controladoria do município solicitando cópia da ata ou do áudio da
52 última reunião. Relata que ambas as solicitações foram atendidas. Cita como
53 **correspondência expedida:** para o SOS solicitando o detalhamento das readequações
54 de valores mencionadas no protocolo 325030/2013. Apresenta o Decreto Municipal
55 publicado no diário oficial com a substituição do conselheiro Jefferson pela conselheira
56 Ana Duda e lê a justificativa da conselheira Leni que está em encontro sobre o Benefício
57 de Prestação Continuada em Foz do Iguaçu. Menciona as **Resoluções publicadas:**
58 **Resolução 49/2013** aprovando os critérios de partilha para cofinanciamento do Serviço
59 de Acolhimento Institucional Residência Inclusiva. **Resolução 50/2013** indeferindo a
60 solicitação de inscrição do projeto da Associação Esquadrão da Vida. **Resolução**
61 **51/2013** Cancelando as solicitações de renovação de inscrição das entidades: Serviço
62 de Obras Sociais e Associação de Amigos da Pastoral da Criança – AAPAC.
63 **Resolução 52/2013** deferindo a inscrição de serviços das entidades: Associação
64 Ministério Nova História, Programa Social Transformando Gerações e Comunidade
65 Terapêutica Melhor Viver. **Resolução 53/2013** aprovando as solicitações de renovação
66 de inscrição no CMAS. **Resolução 54/2013** aprovando as Entidades Socioassistenciais
67 e valores para o cofinanciamento através da Fundação Municipal Proamor de
68 Assistência Social para o exercício de 2014. **Resolução 55/2013** Aprovando o Relatório
69 de Execução do Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e de Emergência no
70 Sistema Único de Assistência Social. Apresenta os **convites:** CMDCA convida para a
71 posse dos conselheiros tutelares gestão 2013-2015, dia vinte de dezembro no Centro de
72 Cultura às vinte horas; Pequeno Anjo convida para inauguração dia dezoito de
73 dezembro às dez horas. Associação Pontagrossense de Emancipação para Deficientes



74 Físicos convida para festa de natal no dia vinte de dezembro. Finaliza com a leitura da
75 moção n° 01 do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso que apoia a nota técnica
76 conjunta n° 01 do CEAS-CPSB/CPSE em razão da orientação técnica sobre os horários
77 de atendimento dos equipamentos sociais dos CRAS e CREAS. O conselheiro Tierri fala
78 que é pertinente a leitura e análise dessa nota técnica que foi encaminhada para o
79 gestor, através de *e-mail*, e procede com a leitura. O documento assegura a
80 continuidade dos serviços conforme se vê na conclusão: *“conclui-se, portanto que o*
81 *horário de funcionamento das unidades e a constituição das suas equipes devem estar*
82 *em concordância com os instrumentos de regulação dos conteúdos e definições de*
83 *parâmetros de funcionamento do SUAS, a fim de assegurar a oferta continuada de*
84 *todos os serviços. Cabe ao gestor municipal garantir a existência de profissionais*
85 *previsto nas normativas do SUAS para a execução dos serviços durante todo o período*
86 *de funcionamento do equipamento, a fim de assegurar o acesso a todos os serviços*
87 *socioassistenciais. Ressaltamos que o não cumprimento destas normativas poderá*
88 *acarretar em sanções previstas em lei.”* O conselheiro Tierri ressalta que as Unidades
89 CRAS e CREAS e entidades vinculadas devem funcionar todos os dias sem a
90 interrupção comumente adotada em finais de ano. Diz que trouxe para discussão com a
91 finalidade de se definir no Conselho como se dará o cumprimento da normativa. O
92 presidente Sr. Luiz Cezar fala que existe uma resolução do CMAS orientando que os
93 trabalhos devem ser ininterruptos, sendo do conhecimento de todas as entidades.
94 Expõe que as entidades e as unidades CRAS e CREAS devem programar férias para a
95 equipe em forma de rodízio para cumprir com essa determinação. Acrescenta que há
96 um item dentro do convênio que reza essa continuidade, vindo este documento reforçar
97 essa posição. Considera importante ouvir as entidades que estão representadas nesta
98 reunião deixando livre para àqueles que quiserem se manifestar nesse sentido.
99 Representante da APAM diz que a entidade, em comum acordo com as famílias, optou
100 pelo recesso entre o Natal e Ano Novo. Diz, ainda que algumas famílias optaram por
101 não enviar os filhos durante o período de férias, porém o serviço de contra turno será
102 ofertado normalmente. Entende que é importante o convívio com os filhos sendo salutar
103 não se ausentar eternamente de casa. Representante do Instituto João XXIII fala que é
104 normal algumas crianças preferirem passar um período com os parentes. O presidente
105 Sr. Luiz Cezar diz que é importante esse diálogo até como orientação para as entidades
106 que passam por essa dificuldade frisando que o funcionamento está proposto na
107 resolução e que a fiscalização acontece através do monitoramento da secretaria. Elogia
108 a execução dos serviços prestados pelas entidades na parceria com o município
109 mencionando que o gestor está encaminhando ações para que a política seja realizada
110 plenamente dentro do município. A conselheira Érica acredita que a maior dúvida das



111 entidades é o fechamento nas duas semanas entre o natal e Ano novo. Cita que a
112 resolução do CMAS é de dois mil e onze e que as entidades já se adaptaram a trabalhar
113 em janeiro. A conselheira Beatriz fala que foi indagada pela ASSARTE e que optaram
114 pela mesma proposta adotada pela APAM. A conselheira Érica pergunta para a
115 conselheira e secretária Beatriz sobre o atendimento dos CRAS e CREAS em virtude
116 das férias coletivas da prefeitura e lhe é respondido que funcionarão continuamente em
117 regime de escala. A conselheira Érica propõe que o conselho faça uma orientação para
118 as entidades. O presidente Sr. Luiz Cezar indaga se os conselheiros aprovam o
119 encaminhamento dessa orientação para as entidades de que se feche no período de
120 natal e ano novo, se houver necessidade, sem prejudicar o usuário. **Aprovado.** Ainda
121 nos informes, o conselheiro Tierri fala sobre a eleição lembrando que não foi possível
122 votar a alteração da Lei do Conselho vindo a implicar na realização da eleição que está
123 agendada para fevereiro. Menciona a necessidade de se definir o que será feito,
124 considerando a hipótese de não ocorrer a aprovação da Lei, se tomar por base a lei
125 vigente e/ou aguardar a aprovação da nova. O presidente Sr. Luiz Cezar aproveitando a
126 presença da secretária Beatriz diz que tem algumas perguntas. Esclarece que se
127 compôs uma Comissão específica para alteração da lei do CMAS com bastante
128 discussão e apresentação de alterações. Diz que o novo texto foi aprovado pelo
129 plenário, que é soberano, porém o documento foi para prefeitura entendendo que o
130 prefeito não tenha que alterá-lo. Acredita que deveria ter sido enviado para Câmara,
131 uma vez que o Conselho é órgão deliberativo, e pergunta o porquê da demora.
132 Acrescenta que faz dois meses que está tramitando e gostaria de uma justificativa por
133 parte do gestor. A conselheira Beatriz diz que o texto foi primeiramente para a
134 Assessoria Legislativa que encaminhou para avaliação da secretaria de Assistência
135 seguindo para o gabinete do prefeito. Fala que o prefeito a chamou questionando sobre
136 todos os itens devolvendo para a secretaria que procedeu com nova leitura e reenvio ao
137 gabinete. Diz que não sabe o porquê da demora e lembra que demandará mais tempo
138 visto o encaminhamento para a Câmara. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que a lei nova
139 já foi aprovada pelo Conselho e seria contraditório utilizar a lei anterior. A conselheira
140 Isabela entende que o documento poderia ter ido direto para Câmara por se tratar de
141 uma deliberação. Embora desconheça a legalidade, acredita que essa deliberação não
142 deveria ser questionada e ainda sem retorno dos questionamentos ao Conselho. O
143 presidente Sr. Luiz Cezar concorda que seria o caminho mais certo e indaga do
144 conselheiro César que acredita ser necessário passar pelo executivo. A conselheira
145 Beatriz assegura que houve questionamentos, porém nada foi alterado pelo executivo.
146 O presidente Sr. Luiz Cezar pergunta se os conselheiros concordam que se aguarde
147 retorno da secretária para posterior definição da eleição. Sugestão acatada. O



148 presidente Sr. Luiz Cezar segue com o item quatro da pauta: **Apreciação do parecer**
149 **da Comissão de Documentação e Cadastro de Entidades de Assistência Social.**
150 Diz que a AAPAC, após o cancelamento da inscrição, solicitou reunião com a Comissão,
151 mas que ainda não se enquadrou dentro da política podendo solicitar nova inscrição
152 apresentando a documentação exigida. O conselheiro Tierri complementa dizendo que
153 apresentaram algumas sugestões, inclusive o contra turno social. O presidente Sr. Luiz
154 Cezar fala que nesse item se inclui o parecer da Comissão do SUAS, que por um lapso,
155 foi preterido da pauta. Informa que representantes das entidades participaram de
156 reunião juntamente com a controladoria do município no dia onze deste mês cujo
157 relatório será lido pela conselheira Érica. A conselheira Érica relata que os presentes
158 foram informados de que os convênios do SUAS 2013 foram publicados no diário oficial
159 no dia dez de dezembro e solicitado o pagamento da primeira parcela. Tratou-se sobre
160 a preocupação com relação ao recurso federal que é do exercício 2013 correndo risco
161 de devolvê-lo por não ter sido gasto cinquenta por cento do valor. Sugeriu-se repasse
162 integral até trinta e um de dezembro devendo a Entidade utilizá-lo até vinte e oito de
163 fevereiro de 2014 e os presentes acataram a sugestão. Com relação à ausência do
164 termo de objetivos atingidos nos convênios 2011, a Controladoria comunicou que o
165 prefeito da época assinará e será encaminhado para análise do Tribunal. Tratou-se
166 também sobre o convênio fonte mil que também está demorando, exemplificado pelo
167 convênio com o Ministério Melhor viver solicitado em março e pelo aditivo ao convênio
168 com o Grupo Renascer protocolado em tempo hábil e expirado sem conclusão. O
169 presidente Sr. Luiz Cezar fala que todas as entidades foram comunicadas sobre o novo
170 prazo de vigência do convênio e parabeniza-as pelo envio de ofício com a solicitação da
171 parcela única. Comenta sobre a solução encontrada pelo município de se buscar o
172 prefeito da gestão anterior para assinar o relatório de objetivos atingidos nos convênios
173 SUAS 2011 e a conselheira Beatriz fala que ele já assinou. A conselheira Luci pergunta
174 se não ocorrerá problema com a fiscal do convênio SUAS 2013 e a conselheira Beatriz
175 diz que as fiscais foram comunicadas previamente e assinaram documento de ciência.
176 O presidente Sr. Luiz Cezar segue com o item cinco da pauta: **Apreciação do parecer**
177 **da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos:** A conselheira Érica
178 informa que a Comissão se reuniu no dia treze de dezembro. Relata que a Casa
179 Transitória Fabiana de Jesus refez o projeto em conformidade com o solicitado pela
180 Comissão contemplando as oficinas de artesanato que atenderão cento e quinze metas
181 no valor de oito mil, cinco reais e vinte e oito centavos (8.005,28). Diz que a Comissão
182 aprovou cofinanciamento como projeto especial com recurso do Fundo não entrando no
183 valor per capita. Representante da Entidade indaga se podem ofertar cursos de
184 manicure e a conselheira Érica diz que sim, porém sem financiamento do município. Em

185 apreciação da plenária. **Aprovado.** A relatora Érica apresenta dois novos projetos do
186 Instituto Educacional Duque de Caxias – IEDC lembrando que na Plenária anterior, a
187 entidade solicitou revisão das metas solicitadas justificando os novos projetos. Diz que o
188 projeto da Aldeia não havia sido aprovado por questão do espaço físico, porém a
189 diretoria da instituição buscou o Conselho informando que utilizarão o espaço do Centro
190 de Educação Infantil do Jardim Paraíso e da casa que abrigava as oficinas. A Comissão
191 analisou aprovando duzentas e cinquenta metas de contra turno nessa região do Jardim
192 Paraíso. Para a Cidade dos Meninos, a entidade justificou o número de metas (duzentas
193 e cinquenta) pela demanda da escola estadual que atende duzentos e dez alunos além
194 das crianças e adolescentes fora da escola, frequentadoras da entidade. Após análise, o
195 quantitativo foi aprovado pela Comissão. O presidente Sr. Luiz Cezar diz que
196 inicialmente a Comissão ficou assustada com a proposta de duzentas e cinquenta
197 crianças para o Guaragi. O conselheiro Tierrri considera importante essa quantidade de
198 vagas justificando que o presidente Sr. Luiz assinou termo de ampliação de metas,
199 porém, esclarece que haviam aprovado cem metas pela preocupação se teria demanda
200 para esse número. Aponta também preocupação com o transporte das crianças. O
201 presidente Sr. Luiz Cezar informa que há uma vila rural em Guaragi e tranquilamente
202 terá público e, se não tivesse, a entidade não colocaria no projeto. Representante da
203 APAM manifesta opinião com relação à locomoção da escola para entidade devendo ser
204 provido pela instituição ou pelo município. A conselheira Ronilda pergunta ao
205 representante do IEDC como se dará o transporte sendo respondido pelo Sr. Armando
206 que o transporte está garantido. A relatora Érica prossegue apresentando o projeto de
207 contra turno da Guarda Mirim com trezentas e vinte metas lembrando que o Conselho
208 aprovou anteriormente duzentas e quarenta metas. Fala que a diretoria esclareceu que
209 será utilizado o espaço do CEI Ana Neri e o auditório comportando as vagas propostas.
210 Com a justificativa, a Comissão aprovou esse projeto. Cita o projeto apresentado pelo
211 Recanto Espírita Maria Dolores, de cem metas para contra turno social, na edificação
212 nova, parte inferior do prédio. Menciona que já se aprovou um projeto naquela região,
213 porém a demanda é muito grande, sendo a Comissão favorável pelas metas
214 apresentadas. O presidente Sr. Luiz Cezar abre para apreciação os projetos de contra
215 turno social do IEDC que totalizam novecentas e vinte metas (920). **Aprovado.** A
216 relatora Érica elenca outros dois projetos apresentados pelo IEDC: Acolhimento no
217 Odilon Mendes e Acolhimento com cinco metas para as crianças do Recanto Maria
218 Dolores. Reporta-se a discussão, em parceria com a saúde, que se estabeleceu nos
219 últimos meses sobre o Odilon e que, ainda não se chegou a uma conclusão. Fala que
220 conversaram com a entidade e que a Comissão achou por bem aprovar as vinte metas
221 neste momento considerando que o Odilon está atendendo. Porém, no ano seguinte,



222 seja acompanhada pela Gerência de Proteção Social Especial/ Secretaria juntamente
223 com a equipe de referência da Residência Inclusiva para encaminhamento desses
224 usuários porque não é o objetivo do IEDC continuar com esse serviço. O conselheiro
225 Tierri fala que quando conseguir destino para os usuários poderão reduzir e/ ou cancelar
226 o convênio. O presidente Sr. Luiz Cezar comunica que, após visita ao Odilon, a
227 Comissão acionou o Ministério Público. Representante da entidade, Sr. Armando,
228 esclarece os motivos para deixar de atender. Diz que não tem como cumprir com as
229 exigências da Vigilância Sanitária devido ao ônus elevado, embora saibam que algumas
230 coisas precisam ser feitas. A relatora Érica segue apresentando o projeto do Recanto
231 Maria Dolores com cinco metas para abrigo, no valor de oito mil e quatrocentos reais
232 (8.400,00) que não se enquadra no valor per capita. Diz que a Comissão aprovou como
233 projeto especial justificando que são crianças deficientes que demandam mais cuidados.
234 Fala que se discutiu a possibilidade dessas crianças serem acolhidas nos abrigos
235 existentes no município. A conselheira Isabela diz que o entendimento foi de que pode
236 ficar em espaço especializado, se for melhor para a criança. Representantes de
237 entidades compartilharam da opinião de que se considere o melhor para a criança.
238 Apresentaram experiências não exitosas no convívio com as outras crianças e
239 mencionaram dificuldade em ter equipe qualificada. Em apreciação os projetos do
240 Odilon Mendes e Maria Dolores. **Aprovado.** A relatora Érica fala que esta Comissão foi
241 em conjunto com a Comissão de Cadastro que analisou a inscrição desses dois
242 serviços de acolhimento no IEDC (Odilon Mendes e Maria Dolores) que foram
243 aprovados. A relatora Érica apresenta como outro assunto analisado, o estatuto do
244 Serviço de Obras Sociais – SOS. Diz que se trata de nova inscrição e a entidade precisa
245 apresentar a documentação conforme resolução CMAS 03/2012. O presidente Sr. Luiz
246 Cezar fala que protocolaram o estatuto, um dos motivos que originou a perda da
247 inscrição, sendo realizada uma leitura prévia na Comissão e aparenta estar dentro do
248 código civil não ferindo a resolução vinte e oito do Tribunal de Contas do Estado. Diz
249 que a Comissão orientou a entidade, assim como todas as que perderam, que
250 apresente a documentação exigida na resolução CMAS 03/2012 para análise e posterior
251 deferimento da inscrição. Representante do SOS, Sra Andreia Tokutake, aproveita o
252 momento e entrega para a secretária Lucília a documentação exigida na referida
253 Resolução. O presidente Sr. Luiz Cezar menciona que a AAPAC também poderá
254 solicitar novamente a inscrição após tipificar os serviços assim como qualquer entidade
255 que oferte serviço dentro da assistência social. Lembra que o Conselho é aberto e que
256 ter inscrição não significa ter convênio com repasse de recurso. Fala que o repasse é
257 outra etapa dentro do Conselho e que, a solicitação do SOS é de inscrição, sendo o
258 trâmite legal passar essa documentação primeiramente pela reunião de Comissão.



259 Clarifica que o Conselho está aberto para as entidades e proposto para análise, ao
260 menos ele e a grande parte dos conselheiros, embora esta fosse a última reunião do
261 ano e os conselheiros tenham direito ao descanso. Ressalta que a documentação tem
262 que passar pela análise da Comissão que é formada pelo Presidente, Vice Presidente,
263 conselheira Cléa, Isabela, Marcelo, Marialva, Osni e Ronilda. Expõe para os integrantes
264 da Comissão presentes, dizendo que os ausentes serão comunicados, se poderiam
265 reunir-se amanhã (18/12) para análise dessa documentação e, se houver necessidade,
266 marcar ainda este ano uma plenária extraordinária para aprovação lembrando que quem
267 diz sim ou não é o Conselho. Frisa que, num primeiro momento, será analisado o novo
268 pedido de inscrição da entidade. As conselheiras Isabela e Marialva dizem que não
269 terão disponibilidade para participar amanhã. O conselheiro Cesar acredita que a
270 entidade não receberá verba em janeiro sem inscrição. A reunião da Comissão fica
271 agendada para o dia dezanove de dezembro. A relatora Érica segue apresentando o
272 projeto do Núcleo Promocional Pequeno Anjo que solicitou revisão das metas
273 aprovadas. Fala que o projeto contempla quarenta metas e o Conselho aprovou vinte.
274 Diz que a entidade compareceu em reunião da Comissão explicando que no dia dezoito
275 deste será inaugurado um novo espaço com capacidade para quarenta crianças, sendo
276 a Comissão favorável a esse quantitativo. Em apreciação a elevação de metas.
277 **Aprovado.** Representante do Asilo São Vicente pergunta se alguém conhece as
278 instalações da casa, considerando insuficientes as quarenta metas aprovadas sendo
279 que a entidade atende cento e dezessete idosos. Fala que estão dentro da lei com a
280 equipe necessária (dois moradores por funcionário) e acolhendo pessoas com o
281 Benefício de Prestação Continuada comprometido com empréstimo. Diz ainda que
282 pensam que o Asilo é rico e confirma que é rico de patrimônio, mas não
283 financeiramente. Pede que o convençam da liberação de recurso para quarenta
284 moradores do Asilo sendo que para as outras entidades foram repassados cem por
285 cento das metas. Menciona a exigência de enfermeira padrão pelo Conselho de
286 Enfermagem que acrescerá as despesas em dez mil mensais sendo respondido pela
287 conselheira Luci que é possível recorrer à promotoria. O presidente Sr. Luiz Cezar
288 acredita que poucos conselheiros conheçam as instalações do Asilo, mas que a equipe
289 da Gerência, responsável pelo monitoramento, realiza visita anualmente apresentando
290 relatório ao Conselho com os itens: capacidade, atendimento e equipe. Fala que os
291 conselheiros doam o serviço e não têm estrutura de veículo disponível para fazer visitas,
292 mas confiam na profissional que realiza o monitoramento. Esclarece que o profissional
293 de enfermagem faz parte da política de saúde e acredita que a entidade tenha convênio
294 com a saúde para dar esse suporte. Diz que será agendada visita para a entidade. A
295 conselheira Eliane expõe o projeto de Calamidade Pública, aprovado na reunião



296 anterior, esclarecendo que o recurso será devolvido com correção de valores porque o
297 município não decretou calamidade pública. Em apreciação a devolução. **Aprovado.** O
298 conselheiro Tierri retoma a solicitação do SOS dizendo que é louvável a atitude da
299 Comissão em se reunir no dia dezenove, mas, entende que poderia deixar marcada a
300 extraordinária no dia vinte. O presidente Sr. Luiz Cezar diz que os conselheiros serão
301 avisados da reunião. **Encerramento:** Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar,
302 o presidente Sr. Luiz Cezar da Silva agradece a presença dos conselheiros e demais
303 convidados encerrando a reunião às quinze horas e quarenta minutos. A presente ata
304 foi transcrita pela assistente de administração, Sra. Patrícia Mitui, redigida por mim,
305 Lucília do Rocio Lopes Andrade, secretária executiva e, após aprovada segue assinada
306 por mim, pelo Presidente e demais conselheiros presentes.